

EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA

Em recente sessão da Câmara Municipal de São Paulo, o vereador socialista Cid Franco pronunciou o seguinte discurso, em defesa da liberdade de imprensa:

"Compareci, a convite, na manhã de hoje, à redação e às oficinas dos jornais "Hoje", "O Popular de Hoje" e "Frente Democrática", reiteradamente apreendidos pela polícia sob a alegação de serem comunistas.

Fui, nesta Câmara, na sessão solene de instalação, o primeiro vereador que protestou contra a cassação do mandato dos comunistas.

Quero ser leal para com esses meus adversários, que repetidas vezes me criticaram, a mim e ao Partido Socialista Brasileiro, pela sua imprensa.

Considero uma contradição falarem eles em Democracia e Liberdade, dois princípios inexistentes no regime da vasta burocracia totalitária, que é a União Soviética.

Mas reconheço que toda criatura humana tem o direito de expor as suas idéias, pacificamente, mesmo que sejam idéias contraditórias.

Erram as autoridades brasileiras, da União e dos

(Continúa na 4.a pag.)

Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Cadrôso d'Horta

Gerente:
Febus Gilvate

ANO III - 15 DE DEZEMBRO DE 1949 - N.º 41

PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça da Sé, 237 - 2.º and.
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

PASSA À OFENSIVA O PROLETARIO NORTE AMERICANO

As recentes greves nos E. U. A. rompem com a tradição reformista da classe operária americana.

Os Estados Unidos representam, hoje, o país clássico do capitalismo. Permanecem ali, praticamente intactas, as características fundamentais do regime capitalista, assim como foram analisadas por Marx em suas obras fundamentais.

Os Estados Unidos apresentam, hoje, embora em nível mais elevado, um quadro análogo ao da Inglaterra, Alemanha e outros países da Europa ocidental em fins do século

19, até a guerra de 1914. Podemos mesmo dizer que os Estados Unidos se aproximaram, no decurso de seu desenvolvimento, mais do que outro qualquer país, do esquema teórico do regime capitalista. A divisão da população em duas classes — a burguesia e o proletariado — atingiu o país todo, tanto as cidades como o campo. A classe média, numericamente muito inferior à de qualquer outro país capitalista, desapareceu, quase

que completamente, como fator ponderável, do cenário político.

Fatores vários, difíceis de valorizar com clareza, fizeram com que o regime capitalista ainda não perdesse, localmente, todas as possibilidades de assegurar o progresso da sociedade. Embora ultrapassado em escala mundial e em todos os países da Europa, ainda conserva nos Estados Unidos possibilidades se bem que limitadas de sobrevivência a curto prazo. No caso da Europa Ocidental sentimos, com particular agudeza, o atraso da revolução socialista. Aí, o regime capitalista, embora não tenha sido derrotado pelas forças socialistas, está definindo, está se decompondo, está se desintegrando. Como na Alemanha, o fascismo, na Itália, a crise perpétua da política francesa, e, até mesmo, a situação inglesa, o atestam com veemência.

A decomposição do regime capitalista na Europa ocidental, não derrubado em tempo oportuno pelo proletariado, também acarretou consequências funestas para os trabalhadores. O desaparecimento das relações clássicas de força, características do regime capitalista, a hipertrofia do poder estatal, o peso específico da pequena burguesia a serviço do fascismo, debilitaram ideologicamente o proletariado. As novas condições criadas pelo aparecimento das bases para um capitalismo de Estado, tornaram grandes setores do proletariado campo propício para o veneno fascista e totalitário. A atenuação da luta de classes, no seu esquema clássico — operário contra patrão — deformou o campo de visão da classe operária e tornou menos claros os objetivos finais — a superação da sociedade de classes.

(Continúa na 4.a pag.)

O discurso de José Americo

Na UDN, é José Americo, indiscutivelmente, o homem que ainda mantém acesa a chama de oposição ao governo do general Dutra. Não fosse o espírito combativo do senador paraibano e a UDN já teria, de há muito, aderido — toda ou em parte, — aos chamados do Catete.

Pois, há questão de dias, o sr. José Americo pronunciou um discurso muito sério no Senado, chamando a nação aos seus postos de combate, e denunciando as interferências do Catete na questão presidencial. O discurso do senador José Americo foi ouvido com muita atenção e mereceu, por parte dos jornais do governo, uma série de ataques gratuitos. Tudo porque uma voz resolvera se erguer e dizer a verdade.

A verdade, aliás, é uma só: o presidente Dutra, através do sr. Benedito Valadares quer, como nos bons tempos do PR, antes de 1930, indicar ao povo aquele homem que deverá sucedê-lo. E, para justificar essa sua interferência totalitária nas questões partidárias, acena com o espantinho do comunismo. O senador udenista soube ver bem a questão e teve a coragem suficiente de dizer coisas que já não se ouviam nestes Brasís, há muito tempo. Foi de uma audácia no seu ataque ao presidente

de seu embaixador, que tomou sua espécie a muitos.

Se o presidente quer acabar com o espantinho do comunismo, disse o senador da Paraíba, então que cuide dos problemas do povo, ao invés de, pelo exemplo, incentivar o descalço com que os homens públicos de hoje tratam os problemas fundamentais do país. Renovemos os quadros dirigentes do país a fim de

Brasil possa trilhar o caminho que todos nós desejamos

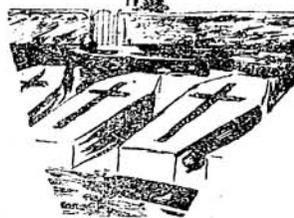
O discurso de José Americo mostrou claramente que os atuais dirigentes do país — presidente da república, deputados, governadores, etc. — não estão à altura da situação que atravessamos. E' por isso que ele exclamou a certa altura: "Precisamos de um ho-

(Continúa na 6.a pag.)

Capitalismo

DEIXOU O BRASIL ASSIM

50% MORREM ANTES DOS DEZ ANOS DE IDADE.



Só o Socialismo resolverá esse problema

ISTO É SÃO PAULO

Notícia das mais graves, foi a dada há dias, pelo jornal A HORA. Relata ela, em palavras condensadas, o que vai por este São Paulo dos edemores. Numa palavra, os diretores do jornal foram procurados por elementos ligados aos círculos do jogo do bicho que propuzeram, pura e simplesmente subornar o jornal a

fim de que ele cessasse a campanha contra o jogo. E, tiveram a petulância de dizer que "os senhores precisam se convencer de que nós compramos a polícia, compramos o governo e exploramos o jogo sem qualquer risco, sem qualquer perigo. Já compramos todos". O jornal não se deixou vender e continuou sua campanha contra o jogo.

Essa notícia, crua e singela, espelha muito bem a situação calamitosa em que se encontra o Estado de São Paulo, onde o governo pretende fazer fortuna à custa do dinheiro do povo. Os chales de jogo de bicho são inaugurados cada dia que passa. Onde, antigamente, havia bares prósperos, agora há uma série de casas de loterias, explorando o jogo do bicho e pagando dinheiro à gente do governador, à famigerada "caixinha".

O governo do sr. Adhemar de Barros deu foros de cidade à imoralidade administrativa. Na sua ansiosa incantada de ser presidente da República, procura o governador encher a "caixinha" de todos os modos possíveis.

Isto é São Paulo, e será São Paulo, enquanto aqueles que produzem a riqueza da sociedade e trabalham para meia dúzia de parasitas não tomarem consciência de sua força e resolverem acabar com este estado de coisas!

O. S. F.

TRIBUNA DE DISCUSSÃO SOCIALISTA

Conceito de Socialização

1 — O tom polêmico, por vezes irritado, com que, há mais de um século, se analisa o socialismo, tem tido como consequência, não somente a deturpação de seus fundamentos mas também a superestimação de alguns pontos que passam, aos olhos dos leigos, por essenciais, quando são realmente acessórios.

Daí os equívocos, os enganos e os erros de apreciação. Os inimigos do Socialismo lhe atribuem defeitos que não lhe são próprios. Os seus defensores, por outro lado, no ardor da discussão, exageram a importância de certas preceitos socialistas, deformando-lhes o significado. Marx e Engels, sobretudo este, chamaram a atenção sobre isso, apesar de que mesmos terem incorrido naquela falta, como reconheceram depois.

Aliás, isto acontece a tudo que é muito discutido. Acontece, por exemplo, com o cristianismo social. Os marxistas dizem que o cristianismo é a religião dos ricos e a Igreja está sempre ao lado dos poderosos contra o proletariado. E a verdade é que, se existem os que, dizendo-se católicos, esquecem os mandamentos do Cristo, a posição da Igreja, tendo à frente os Papas, foi sempre de defesa dos operários.

E' que, via de regra, os marxistas não conhecem o cristianismo; e os cristãos não conhecem o marxismo. Há católicos que se lançam contra Marx e nunca estudaram a *Capital*; e há marxistas que se jogam contra o catolicismo e jamais leram sequer as Encíclicas sobre a questão social. Ignorando-se mutuamente, eles formam uns dos outros um juízo errôneo e, por vezes, inteiramente falso, à custa dos comentadores tendenciosos.

2 — PARA muitos marxistas e para a maioria dos católicos, foi uma surpresa que o *Osservatore Romano*, órgão oficial da Santa Sé, fizesse diferença entre filosofia marxista e programa econômico do marxismo (*Temaingne Chretien*, 3 de junho de 1949). Esta surpresa é filha daquele espírito polêmico deturpador. Porque a Igreja sempre fez a separação entre a filosofia atea e anti-cristã do marxismo que ela sempre condenou, e as suas reivindicações econômicas com as quais sempre concordou, divergindo apenas dos métodos e de algumas soluções que lhe parecem inadequadas.

E maior surpresa causará a certos católicos, se lhes for dito que há socialistas que, não sendo marxistas, também concordam com as críticas que a Igreja faz ao Programa econômico do marxismo e a seus processos. São os socialistas democráticos que julgam a filosofia materialista uma incrustação desnecessária no Socialismo, pois a adoção do programa econômico se pode chegar, independentemente da crença religiosa ou de qualquer concepção filosófica. E, mais ainda, os socialistas democráticos acreditam na procedência das críticas dos católicos aos métodos marxistas e a alguns de seus postulados econômicos, que coincidem — eis outra surpresa para muitos católicos! — Com as que ao marxismo fazem os anarcosindicalistas, tendo a frente Bakunine e Kropotkine, desde a Primeira Internacional.

3 — OS anarcosindicalistas sustentavam — e a experiência russa demonstrou que eles tinham razão — que abolir integralmente a propriedade privada dos meios de produção e transferi-la para o Estado, equivalia a substituir os patrões por um único patrão, o Estado, o qual acabaria por escravizar o proletariado com a instituição do regime totalitário.

E, antes dos anarquistas, disse-o, com muita clareza, Lamennais, depois de haver renegado o catoli-

cismo. Referindo-se à estatização da economia, dizin ele :

— "Distribuidor da tarefa cotidiana de cada um, produtor universal, regulador da distribuição dos produtos, responsável pela vida de todos, o Estado terá necessidade, para cumprir a sua missão, de um poder absoluto... Isto não é o trabalho que se organiza; é a escravidão dos trabalhadores". (René Remond — *Lamennais et la Democratie*, página 48).

Assim, quando os Papas e frequentemente os bispos combatem a estatização total da economia, eles são apoiados pelos anarco-sindicalistas e pelos socialistas democráticos.

S. Labin, socialista, escreveu : "Para muitos, o socialismo define-se, inteira e exclusivamente, pela estatização da produção. Na realidade, mesmo no terreno das definições estritamente econômicas, o socialismo significa apropriação da produção pela sociedade e não pelo Estado !"

4 — E' que os socialistas democráticos não confundem a estatização dos meios de produção com a socialização daqueles meios. Nacionalização é uma coisa; socialização é outra. Nacionalizar uma empresa é dar a sua propriedade ao Estado que a dirige e a explora, a seu bel prazer, como qualquer patrão capitalista.

A nacionalização, tal como a vemos praticada aqui e em outros países não é uma instituição capitalista e não é socialista. A nacionalização poderá ser, quando muito, a degeneração da idéia de socialização; mas não é a socialização preconizada pelo socialismo democrático. Aliás, o capitalismo premida "pela necessidade objetiva de remediar a miséria das massas", como bem observa *Hennrich*, *Das, 30-38* obrigando "a instituir reformas quase-socialistas" (*L'idée socialiste*, 9.a edição, página 468).

O capitalismo inventou a nacionalização como sucedâneo da socialização.

5 — A propriedade de uma empresa socializada não passa para o Estado, nem é por ele dirigida ou explorada, como acontece quando ela é nacionalizada ou estatizada. Não. A propriedade da empresa socializada é atribuída aos que nela trabalham. São os trabalhadores que a dirigem e a exploram. Eles são os proprietários da empresa, não no sentido liberal da propriedade burguesa, isto é, de senhores e possuidores no conceito do direito romano — *plena in re potestas* — aos quais se asseguram todos os direitos (*uti, frui, abuti*) da propriedade, sem nenhuma limitação. Não. Os trabalhadores são proprietários da empresa socializada, enquanto livremente nela trabalharem, escolherem os seus dirigentes e dela tirarem os meios de sua subsistência, de acordo com as suas necessidades e segundo o seu valor humano. Eles a possuem em usufruto. O capital dessas empresas será *indivisível e inalienável*, como o queria Buchez há mais de um século. (*A Cuvillier* — *Buchez*, um págu-na 49).

"Concebemos — escrevia ele — que a terra seja coberta de comunidades agrícolas, manufatureiras, etc., consagradas cada uma a certo trabalho especial, nas quais todos os membros seriam associados, no sentido de que eles concorreriam todos para uma obra comum e que eles usariam, para este fim, o capital da comunidade. Os produtos e os benefícios seriam divididos entre eles na proporção de seus dias de serviço". (Obra citada, página 39).

6 — ESTE conceito da propriedade socialista, apesar de secular, é sufragado, ainda hoje, pelos socialistas democráticos. Giuseppe Saragat, socialista italiano, recentemente (12 de setembro de 1948) publicou um artigo, em que afirmava:

"Não basta que os bens econômicos sejam subtraídos à gestão individual, característica do sistema capitalista, para se ter um tipo de economia socialista. A economia é socialista, quando não só a propriedade teórica daqueles bens, mas também o exercício efetivo dessa propriedade é entregue aos trabalhadores". (*Correio da Manhã*).

Por sua vez, escreve Suzanne Labin, socialista francesa: "Uma propriedade de Estado não pode ser considerada socialista, senão quando o próprio Estado é socialista. E essa condição implica duas outras : — a primeira, que a parte da mais-valia destinada à consumação seja repartida, sem muitas desigualdades, entre os membros da sociedade. A segunda, que todos os membros da coletividade deliberem soberanamente sobre a gestão da dita propriedade, e que sejam eles, em particular, que decidam quais frações de trabalho serão dedicadas, respectivamente, aos "bens de consumo", isto é, ao bem-estar presente, e aos "bens de produção", isto é, ao bem-estar futuro". (*A Rússia de Stalin*, AGIR, página 343).



PELA VITÓRIA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Não é outro o pensamento do Partido Trabalhista Inglês, como se poderá verificar dos debates travados em suas últimas convenções, notadamente dos *discussões de Shinnell*.

Também a IV Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro, reunida em outubro último, aprovou uma tese sobre o conceito de socialização, em que se lê :

"A socialização dos meios de produção, objetivo fundamental do Partido Socialista Brasileiro, nos termos de seu programa, supõe a transferência desses meios, do domínio capitalista ao domínio da sociedade. Não será ela, entretanto, efetiva, sem que se ache a sociedade organizada democraticamente, descentralizado o poder político e garantido o predomínio dos órgãos legislativos. Só assim, deixará de ser opressivo do trabalhador e do indivíduo em geral. Supõe, além disto, a organização democrática da produção, reduzida ao mínimo a centralização de seus órgãos de direção, coordenação e controle, no plano de organização nacional, e entregues esses órgãos aos próprios trabalhadores".

7 — ASSIM, comete grave erro de julgamento quem confunde socialização com estatização dos meios de produção. A estatização leva ao totalitarismo e à escravidão do trabalhador. A socializa-

ção implica em liberar o trabalhador da escravidão capitalista e pretende a desproletarização das massas, isto é, a elevação do proletariado na sociedade.

Mos esta socialização dos meios de produção significará o abolição total da propriedade privada, como afirmam os anti-socialistas? Não. Isto seria a negação do socialismo. O ideal socialista seria, ao contrário, a propriedade para todos. E' como dizia Ledru-Rollin, em 1848 : "Respeitamos a propriedade, mas sob a condição de que ela se multiplique ao infinito; e, dizendo isto, somos os intérpretes da grande pensamento da Convenção... não o queremos para alguns; queremos-la para todos". (*Ledru-Rollin*, Robert Schnerb página 59).

Se, pois, o socialismo democrático preconiza que os meios de produção sejam retirados do domínio capitalista, é precisamente porque reconhece, pela experiência histórica, que aqueles meios deixaram de ser usados em benefício de todos, para se transformarem em instrumento de opressão dos assalariados, nos mãos de pequena minoria que exerce um poder despótico sobre toda a economia.

Mas o socialismo, mesmo por seus correntes mais radicais, admite o direito de propriedade privada sobre todos os bens que não sejam utilizados para a exploração do homem pelo homem. A terra cultivada pelo dono e pela sua família, a chamada propriedade familiar, por exemplo, de que os proprietários tiram os meios de sua subsistência, regando-a com o suor do próprio rosto — essa propriedade o socialismo não pretende abolir, mas, ao contrário, quer defender. Quem a está abolindo, é o capitalismo. Quando o socialismo democrático se bate pela união dos pequenos proprietários agrícolas, em cooperativas de produção, é precisamente para que eles se defendam contra a absorção pelos detentores do poder econômico, o qual não tem limitação na sua fome de lucros incessantes.

Num regime socialista, a propriedade privada sobre os instrumentos de trabalho, sejam eles quais forem, é plenamente garantida, como garantida é a propriedade do produto do esforço individual de cada um, seja no domínio das artes, da literatura ou das ciências.

O que o socialismo condena e combate, é que alguém enriqueça, à custa da espoliação do trabalho de seu semelhante. A propriedade, assim entendida, deixou de ser útil nos indivíduos, para se tornar propriedade capitalista, nociva à coletividade, ao bem-estar social, ao bem comum.

8 — O deputado Hermes Lima, secretário de Propaganda do Partido Socialista Brasileiro, expôs o pensamento secular do socialismo democrático, de forma exata e precisa, em seu discurso de 24 de outubro de 1949, na Câmara dos Deputados. Disse ele :

"Não há, para os socialistas democráticos, socialização da arte, socialização do indivíduo no domínio político e cultural, compreendida, na palavra cultural, o domínio religioso; não entendemos que a socialização possa chegar a esse domínio, em que a liberdade individual deve ser preservada como o bem supremo, a que o regime socialista viria exatamente servir, pois que o regime socialista não tem outra finalidade senão proporcionar ao indivíduo o pleno desenvolvimento de sua capacidade, o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, o pleno desenvolvimento de sua inteligência, o pleno

desenvolvimento de sua pessoa humana. Ao contrário do que se diz, e ao contrário do que muitos, apressadamente, afirmam — o socialismo não visa fortalecer o Estado, não visa tornar o Estado patrão único, não visa tornar o Estado juiz de ninguém. O que o socialismo visa, é, exatamente, liberar o indivíduo, reduzindo o Estado às funções mínimas, em que ele poderá ser colocado. O socialismo não tem o culto do Estado. O que o socialismo tem, é o culto do indivíduo; o que o socialismo deseja liberar de todas as restrições, de todas as deformações e de todas as alienações, é o indivíduo. O indivíduo está, para o socialismo, como o fim supremo, aquele bem supremo a que a organização da sociedade deve fornecer os elementos máximos para que ele se expanda na plenitude das suas virtudes, das suas qualidades e das suas excelências humanas".

"Eis aí — conclui Hermes Lima — o que significa o socialismo.

E' necessário, portanto afastar a idéia de que o socialismo espera tudo do Estado, de que o socialismo só confia no Estado, de que o socialismo deseja erigir o Estado num novo monstro a que todos devem obediência. Não, o socialismo não deseja isto; o socialismo o que deseja, é liberar o indivíduo, inclusive do Estado, inclusive do poder político.

9 — NESTAS condições, socializar os meios de produção é precisamente o oposto de estatizar aqueles meios. O capitalismo, com a concentração do poder econômico, é que leva ao gigantismo do Estado, à hipertrofia do poder de polícia e ao armamentismo absurdo de nossos dias. Porque a grupo que detem o poder econômico, precisa do Estado para policiar os explorados e dominar os mercados internacionais.

Para não incidir no mesmo mal, é que a socialização dos meios de produção deve ser realizada, gradual e progressivamente — como quer o socialismo democrático. Ela será feita, à medida que a exijam as necessidades do desenvolvimento do país, quando a impuzer o bem público. Porque a socialização integral e em globo dos meios de produção demonstrou, na prática, que perturba a produção de tal maneira que somente poderia ser imposta pela força do poder estatal, que se tornaria anti-democrático e totalitário. Foi o que se viu na Rússia. A coletivização da terra, imposta pelo stalinismo, custou a morte de cinco milhões de camponeses, segundo dados colhidos por Labin (Obra citada, página 347).

E assim deve ser, porque a socialização é um meio e não um fim. A finalidade do socialismo é aquela a que se refere Hermes Lima: melhorar as condições de vida dos trabalhadores, com a supressão das desigualdades sociais, resultantes da forma de produção capitalista. Se a socialização não satisfizer a esse objetivo, ela deixa de ser socialista, para se tornar uma catástrofe social, isto é, precisamente o oposto do que, há mais de um século, pretendem os socialistas democráticos.

DOMINGOS VELASCO

(Transcrito do "Diário de Notícias").

Pela criação do Pronto Socorro Municipal

(Conclusão da 8.a pag.)

complexo como o da criação de hospitais ou da criação de Pronto Socorro, ou da criação de um serviço de abastecimento de generos de primeira necessidade. Estes Projetos complexos não desejo que venham sem o estudo das Comissões técnicas. (Muito bem!).

Informação Internacional

O Partido Socialista na Índia

A saída do Congresso, do Partido Socialista da Índia, que ali se reunia a todas as forças que preconizavam a independência do país, permitiu que se caracterizasse sua verdadeira fisionomia perante a classe operária indú.

As idéias motrizes que animam os socialistas indus são, em geral as seguintes: independência total da Índia, no sentido de uma separação completa do império britânico, e estabelecimento da sociedade socialista — sociedade socialista cuja perspectiva é a abolição das classes subsistindo apenas a grande coletividade de produtora das cidades e dos campos. Os meios de produção devem ser socializados. Deve existir absoluta liberdade política e uma imprensa livre. Os sindicatos terão direito de greve e toda a liberdade para realizar suas funções. Na transição para a sociedade socialista, o PS indú acha que a luta de classes deve constituir a força motriz. O partido crê que, em uma sociedade cuja organização política seja a democracia, o Estado Socialista deve ser construído pelo emprego de métodos democráticos.

No terreno econômico, reivindica a nacionalização das indústrias básicas. A pequena indústria deve organizar-se em base regional mediante acordos regionais. Os bancos e o comércio devem ser nacionalizados. A terra deve ser entregue às comunas. O partido acha que se deve incrementar a produção; por isso acredita que a prática de uma economia planificada e o reconhecimento de todos os direitos e reivindicações do proletariado é o único caminho que pode

conduzir ao aumento da produção e do rendimento no trabalho. Quanto à situação geral do desenvolvimento econômico, o partido propugna pela criação e desenvolvimento de um sistema de cooperativas rurais e a criação de pequenas indústrias, sem as quais não se pode assegurar a vida diária da nação.

O PS sempre dirigiu a luta do povo indú contra a aristocracia feudal e a autocracia dos príncipes indianos. Não reconhece direito algum cuja origem repouse na descendência do sangue. Desaprova os processos empregados pelas castas superiores para sustentar seus privilégios. O PS não admite qualquer limitação aos direitos do povo indú.

A política sindical do PS foi sempre a de conservar a unidade da classe operária em um só movimento e aperfeiçoá-lo constantemente. Entretanto os elementos do Congresso e do Partido Comunista empregaram sempre as forças sindicais em proveito de sua política e não da defesa dos interesses proletários. Não restou outra alternativa aos socialistas senão a criação de uma força sindical independente denominada Hindustan Mazdoor Panchayat, que se robustece e ganha força dia a dia, como o demonstrou nas recentes eleições municipais de Bombaim.

Os trabalhadores indus, através do PS, estão conquistando o lugar que lhes cabe na organização da sociedade e ocupando os postos de gestão a que suas forças organizadas lhes dão direito. (Traduzido de "Renovación" "órgão da Juventude Socialista Espanhola" estilada na França de 15-9-49)

O MOVIMENTO SOCIALISTA NO CHILE

— Com o artigo abaixo, traduzido do boletim do Comico, pretendemos por os leitores de "Folha Socialista" a par da situação de um dos mais importantes movimentos socialistas latino-americanos. Assim fazemos certos de que torna-se cada vez mais necessária a criação de uma consciência socialista continental, pois as dificuldades e problemas enfrentados pelos partidos socialistas latino-americanos são mais ou menos comuns; dêsse modo o confronto mútuo entre a experiência dos partidos irmãos só pode trazer bons resultados para o movimento socialista latino-americano.

O movimento socialista no Chile está dividido em várias facções. Tal situação repetiu-se várias vezes ao longo dos 15 anos de história do partido. Diferenças doutrinárias, conflitos entre personalidades e o eterno problema de se o partido deve ou não participar no governo, têm sido os principais escolhos contra os quais o navio socialista tem esbarrado.

O Partido Socialista do Chile foi fundado em 1933 como decorrência da malograda "Revolução Socialista" de junho de 1932. Essa revolução, que ocorreu durante a fase da Grande Depressão, foi liderada e apoiada por um bloco heterogêneo, incluindo a maior parte dos sindicatos, os anarquistas, uma variedade de partidos e grupos socialistas que haviam surgido desde a queda do ditador Carlos Ibanez em 1931 bem como certos elementos militares, o principal dos quais era o coronel Marmaduke Grove, organizador e chefe da Força Aérea Chilena.

Apesar da "Revolução Socialista" ter durado apenas alguns dias, levantou o apoio de grandes massas de operários e intelectuais chilenos que na eleição seguintes reuniram-se em torno do col. Grove, candidato a presidente. Ele foi derrotado entretanto. Subsequentemente, mui-

tos desses elementos fundiram-se no Partido Socialista.

Durante o resto da década de 1930, o PS cresceu aos saltos. Ganhou a adesão da maioria dos operários chilenos, desgostosos com o sectarismo e as chicanas dos comunistas que haviam domina-

(Continúa na 6.a pag.)

Doutrina Socialista

As liberdades democráticas e as condições da capacidade política

O "Rassemblement Democratique Revolutionnaire" (Agrupamento Democrático Revolucionário) na França é uma organização que visa simultaneamente o reagrupamento das forças socialistas francesas e uma tarefa de esclarecimento teórico que leve à articulação de uma plataforma mais atual para o socialismo internacional. O documento que segue e outros a serem publicados em "Folha Socialista" fazem parte dos debates públicos sobre importantíssimos problemas da política e do movimento socialista, realizados por duas figuras de proa do R. D. R. Uma delas, é David Rousset, uma das principais figuras marxistas do R. D. R. A outra é Jean Paul Sartre, o conhecido filósofo, representando o intelectual que, apesar de provir de origens sociais e ideológicas completamente diferentes, vê no movimento socialista renascido a única força capaz de abrir novos rumos à civilização e de poupá-la à neo-barbarie do capitalismo em decadência, do totalitarismo e da guerra. O que se valer é uma exposição de David Rousset sobre a necessidade do proletariado criar uma forma superior de democracia para realizar o socialismo.

A burguesia teve a possibilidade de formar-se antes de tornar-se classe dominante; de adquirir a capacidade política na experiência da gestão dos negócios, pois que ela era proprietária dos meios de produção antes de ser proprietária do Estado. A classe operária não possui senão a força de trabalho. Sua posição de classe em face da propriedade não lhe permite essa aprendizagem. Ela não pode formar-se senão na luta reivindicativa e nos seus desenvolvimentos políticos, isto é: na discussão política, no exame (dentro dos limites da empresa, do sindicato, do partido) dos problemas sociais corporativos e políticos, dos problemas do Estado que se colocam quotidianamente em face dela. Eis porque a expressão "democracia proletária" não é, por nada desse mundo, uma fórmula demagógica. Ela representa uma necessidade histórica absolutamente decisiva. Se a classe operária não obtém as condições democráticas necessárias à sua própria formação, ela não atingirá em caso algum a capacidade política; mesmo na sua vanguarda, ela jamais saberá abordar e resolver os problemas que se colocam diante dela. Desse ponto de vista a democracia proletária nos sindicatos tem uma importância decisiva pois os sindicatos agrupam, ou devem agrupar, o conjunto dos elementos da classe operária, isto é: tanto a vanguarda como a retaguarda da classe e, através do exame e da confrontação, devem educar essa retaguarda, levá-la a com-

preender o aspecto político e social de suas dificuldades corporativas. Ela não pode absolutamente faz-lo se não tem esse meio de exame, isto é: se não há democracia proletária nos sindicatos.

De seu lado, a vanguarda, agrupada ou pretensamente agrupada no seu partido, se não tem os meios de expressão e de exame democrático dentro desse partido, não pode absolutamente adquirir a necessária capacidade política. E' por isso que toda orientação que suprima as condições fundamentais da liberdade de expressão, da liberdade de crítica, da liberdade de tendência, de discussão, em uma palavra: da democracia proletária, conduz não a formar, a educar no verdadeiro sentido da palavra, a preparar a vanguarda operária e a classe inteira para o cumprimento de suas tarefas, mas ao contrário a arruinar suas possibilidades históricas de se constituir em classe dominante.

E essas coisas são tão verdadeiras que se pode dizer que toda orientação que vai de encontro à democracia proletária, supõe objetivos e fins que nada têm a ver como a emancipação que ela pretende visar. Na realidade, tal política se orienta para a exploração — talvez sob outras formas — da classe operária e portanto, de um modo geral, conduz à manutenção, sob uma forma ou outra, da divisão da sociedade em classes.

DAVID ROUSSET

(Do livro "Entretiens sur la Politique" por David Rousset e J. P. Sartre)

A posição política da juventude socialista na Suíça

Antes do Congresso de Louvain, o presidente da Juventude Socialista da Suíça, camarada Ueli Gotsch, numa carta ao secretário geral da U. I. J. S., apresentou os seguintes pontos de vista que haviam sido aprovados pelo comitê central da J. S. Suíça.

Ideologicamente somos marxistas mas de modo algum adoradores de Marx. Consideramos justa a metodologia de Marx e suas teorias sobre a passagem para o Socialismo. Por outro lado não fincamos pé em certas idéias ultrapassadas pelos acontecimentos.

Nossa política interna está baseada no programa do Partido tal como se acha exposto em "A Nova Suíça". Pertencemos à ala esquerda do Partido e não militamos separadamente dele a não ser quando se trate de questões

especiais da juventude.

Relativamente à política externa, consideramos que uma forte Internacional é de primordial importância e representa a pedra de toque do Socialismo Democrático.

Em nossas discussões internas, compreendemos cada vez mais que a política comunista tem pouquíssima coisa em comum com os ideais e objetivos de um Partido Socialista. Mas recusamos combater o comunismo com o apoio da burguesia. Em nossa opinião somente será possível bater o comunismo stalinista abolindo-se o regime capitalista.

Por essas e por outras razões, consideramos infeliz o slogan de Terceira Força. Não porque não sejamos socialistas, mas justamente porque queremos fazer tudo pelo Socialismo. Há quem pense que "terceira força" seria algo si-

tuado entre o capitalismo americano reacionário e o comunismo stalinista com o propósito de apaziguá-los e evitar uma terceira guerra mundial.

Históricamente, o destino desses apaziguadores é serem varridos, irremediavelmente. Não haverá curso médio entre duas forças igualmente reacionárias. Afirmamos que ou o Socialismo se torna a "primeira força" ou será destruído.

Verdadeiramente se nos depara uma tarefa gigantesca que proporcionará entretanto grande vigor ao movimento socialista, especialmente se for empreendida por todo o movimento operário.

UELI GOTSCH

(Traduzido do Boletim editado pela União Internacional da Juventude Socialista o propósito do Congresso de Louvain).

Em defesa da liberdade da imprensa

(Conclusão da 1.ª pag.)

Estados, quando perseguem e prendem comunistas, quando proíbem a circulação dos seus jornais.

É um crime contra a dignidade humana a brutal atitude de certos policiais, consistente não só em perseguir e prender como em xingar torpemente os comunistas, pelo fato de serem comunistas.

Há entre eles figuras honradas, digníssimas, há um Catulo Branco, há um Caio Prado Junior, meu colega de turma na Faculdade de Direito, como pode haver criaturas indignas, que o seriam dentro ou fora do comunismo, dentro ou fora do socialismo, dentro ou fora do integralismo.

Comunista e marxista que fui há quase vinte anos, socialista e espiritualista que hoje sou, não reconheço autoridade moral para prender qualquer ideólogo, desta ou daquela corrente, a uma polfícia que não prende bicheiros, a uma polícia que deixa

funcionar livremente anjos particulares de jogo.

As brutalidades que me contaram, na presença de testemunhas, nas oficinas daqueles jornais, alguns homens do povo, encontrariam em meu espírito a mesma repulsa, o mesmo protesto, se narradas por integralistas, por exemplo.

Não estou cortejando os comunistas, meus adversários nem sempre leais. Defendo e defenderei, a seu favor e a favor de quem quer que seja, o lema do único partido político a que pertencerei e pertencerei em toda a minha vida — o lema de Socialismo e Liberdade, princípios que se podem realizar pacificamente, pelas eleições, pelo voto.

Tenham liberdade de pensamento e palavra os comunistas e jamais serão transformados em mártires, qualidades que lhes estão concedendo, com a maior estultícia, o governo da União e os governos estaduais".

O proletariado Norte-americano

(Conclusão da 1.ª pag.)

A persistência do capitalismo em seus moldes clássicos nos Estados Unidos, a sua capacidade de assegurar o progresso aparente da sociedade, embora à custa de uma política imperialista, econômica e militar, no cenário mundial, tem sem dúvida alguns aspectos negativos e retrógrados, por todos conhecidos e reconhecidos.

Os lados positivos desta situação não nos parece tenham sido analisados e valorizados em toda a sua importância. As recentes ondas grevistas, principalmente as dos metalúrgicos, mineiros e da indústria automobilística permitem uma análise objetiva desses lados positivos.

Destaca-se, inicialmente, o fato de se achar o proletariado americano organizado em poderosos sindicatos, autônomos e independentes. Embora estruturada em torno de duas federações rivais, a classe operária não está cindida. Nem tão pouco está dividida pela excessiva interferência dos partidos políticos na vida sindical. Unida e organizada, a classe operária tem plena consciência de sua força e luta decididamente nos quadros do regime capitalista vigente, por suas reivindicações políticas e econômicas. A luta de classe conserva a sua pureza quase intacta. Defrontam-se de um lado o poder econômico da classe possuidora e do outro, a força organizada dos trabalhadores. A ingerência do governo é mínima e este não ousa lançar mão da lei Taft-Hardley a favor dos patrões.

Não resta dúvida que até há pouco, a luta se vinha pro-

cessando exclusivamente no terreno econômico. As greves se fizeram pela aumento de salários e pela diminuição do mínimo de horas de trabalho. O espírito das greves era puramente reformista, trade-unionista. Conformava-se, tacitamente, com o regime capitalista vigente. Criticava os desmandos e excessos do mesmo, mas não a sua própria essência. É um ponto fraco do movimento trabalhista americano, como o era, até bem pouco tempo, do trabalho inglês. Essa fraqueza não é, entretanto, uma característica inerente ao proletariado americano. É o proletariado inglês também já começou a dar provas neste sentido.

Ela é, antes de mais nada, uma consequência da relativa estabilidade do regime capitalista dos EE. UU. e das possibilidades de que ainda desfruta no sentido de dar um nível de vida razoável à maioria do povo americano. Embora reconhecendo a debilidade ideológica da classe operária americana, não podemos deixar de salientar a organização e espírito de luta da mesma, fatores que poderão e deverão desempenhar um papel decisivo, em circunstâncias históricas diversas, na instauração de um regime socialista.

As últimas greves já representam, sem dúvida, um indicio de amadurecimento ideológico. Já escapam à rotina, ao esquema habitual da política trade-unionista. É bem possível que sejam o ponto de partida de uma luta contra a própria base do regime capitalista.

Os trabalhadores da indús-

Reforma da legislação trabalhista

(Conclusão da 5.ª pag.)

Isto não quer dizer que desprezemos a importância da legislação trabalhista para o proletariado. Pelo contrário, lutando por leis eficientes e bem orientadas, mesmo dentro do regime capitalista, os trabalhadores têm meios de avançar no caminho da sua libertação, conquistar novos elementos de esclarecimento de combate por seus direitos, de melhoria de condições de vida. Por isso mesmo, entendemos que a idéia de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho deve ser apoiada porque daí poderão resultar algumas conquistas de valor.

A legislação trabalhista brasileira, depois da revolução de 1930 tem duas fases bem distintas. Uma progressista, durante a qual o proletariado brasileiro obteve algumas conquistas importantes. Outra reacionária, que se iniciou depois de 1935 e se acentuou com a ditadura do Estado Novo, durante a qual nenhuma conquista se obteve mas, ao contrário, muitas se perderam. É necessária uma reforma para expurgar a legislação trabalhista de todo o conteúdo reacionário, fascista, introduzido durante o Estado Novo e fazê-la avançar, como teria avançado há muito tempo, se não houvesse sido suprimida a liberdade política e associativa para os trabalhadores, a partir de 1935.

As reformas mais urgentes e necessárias, a nosso ver, são as seguintes: 1.º — A regulamentação imediata da liberdade e autonomia sindical e do direito de greve, com supressão de todos os dispositivos de lei existentes atualmente, na Consolidação das Leis do Trabalho do Estado Novo gestulista, e do decreto-lei ditatorial n.º 9.070, de 1946; 2.º — A extensão da legislação Trabalhista aos trabalhadores rurais, conforme o projeto já

teria do aço, da automobilística e os mineiros foram à greve a fim de obrigar os industriais a criar um serviço de seguros sociais. Os operários exigiam que os patrões se obrigassem a contribuir, independentemente do salário contratual, com uma taxa especial para cada hora de trabalho, destinada a formar um fundo que assegure a cada operário um auxílio suficiente nos casos de desemprego e doença, e uma pensão em caso de velhice.

Os operários reivindicaram o pagamento de 10 cents (2 cruzeiros) para cada hora de trabalho, como taxa dos patrões para o seguro social, e 150 dolares (3.000 cruzeiros) mensais a partir dos sessenta anos. A taxa de 10 cents permitiria ampliar o seguro governamental contra o desemprego, já existente, e conceder assistência médica e pensão. Os operários se recusavam, terminantemente, a contribuir para os seguros sociais, argumentando que à indústria cabe a responsabilidade de cuidar dos operários.

A luta mais acirrada se travou em torno desta questão de princípios.

F. GIKOVATE
(Continúa)

apresentado na Câmara Federal, pela bancada socialista; 3.º) — Medidas legais severas para evitar a morosidade do processo trabalhista que se verifica presentemente: 1.º) — Limitação taxativa dos recursos, reforma do processo afim de que todas as questões não sejam resolvidas somente em audiências, sistema de sanções e prazos severos para os juizes do trabalho, juros moratórios elevados, a contar do inicio do processo, etc.); 4.º) — Regulamentação da participação dos empregados nos lucros das empresas com direito de fiscalização por parte dos empregados; 5.º) — Reforma de todo o aparelhamento de fiscalização trabalhista (sanções severas visando combater a corrupção entre o funcionalismo fiscal, direito de fiscalização aos sindicatos, associações profissionais, e autoridades municipais, instalação de aparelhamento fiscal nos campos, etc.); — Medidas legais no sentido de melhor evitar a fraude aos direitos dos trabalhadores e garantir melhor os salários, férias e indenizações (declaração da invalidade dos recibos de quitação passados por trabalhadores com prejuizos para os seus direitos, privi-

gio especial de penhor sobre bens da empresa, para garantir salários e parte da indenização, no caso de falência, maiores garantias ao direito de estabilidade no emprego, execução das sentenças trabalhistas, etc.)

Uma reforma que seria, talvez, mais necessária que a da própria legislação, seria a da mentalidade dos juizes da Justiça do Trabalho. As leis trabalhistas atuais, que já não são boas para o trabalhador, em geral tornam-se péssimas porque são muito mal aplicadas. O aparelhamento todo da Justiça do Trabalho, com algumas raras exceções, está muito afastado de sua finalidade, cheio de burocracia, de formalismo, de incompetência e espírito patronal. Esse mal dificilmente será remediado pela reforma da legislação. Mas essa reforma poderá atenuá-lo, através de obrigações rigorosas para os Juizes trabalhistas, especialmente os vogais representantes de empregados e empregadores, e através de uma regulamentação mais minuciosa que evite a anulação de muitas conquistas pela jurisprudência, como vem acontecendo.

ADVOGADO

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Praça Antonio Prado, 9 - 11.º andar
Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guarará, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO
FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46
2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209

11.º andar - Salas 1.104-6-8-10

Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO
ANTONIO COSTA CORRÊA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303

R. CONS. CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502

R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º

SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138

3.º Andar - Tel. 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.

Tel.: 2-0168

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL
ABERTA A TODOS
OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO
RAIOS X

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MÉDICA

Rua da Estação, 13

TREMÊMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO
FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)

Rua Barão de Itapetinga, 139 - 3.º andar.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SÃO PAULO

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

O RELATORIO DO BANCO DO BRASIL

Confissão do fracasso da Burguesia

Apesar do Relatório de 1948 do Banco do Brasil haver sido publicado desde abril próximo passado, somente agora temos oportunidade de apreciá-lo de público.

O que chama logo a atenção do leitor é o poluído prémbulo que, escrito em linguagem estrofiada, ocupa não menos de 79 páginas da luxuosa brochura. Claudicante quanto à forma, duvidoso, caviloso mesmo, no que toca à maioria das sentenças dogmáticamente emitidas, pretende, nêlo, relatar, o autor, os grandes serviços, os benefícios todos advindos para o Brasil, da chamada política econômica-financeira do atual governo da república.

Não sabemos se ao escrever a introdução do relatório em apreço, teria o dr. Guilherme da Silveira as vistas voltadas para alguma poltrona da Academia de Letras (há tanta literatice no relatório...) mas dúvidas não podem haver de que o dono da fábrica Bangü se candidatava aos títulos de salvador das finanças nacionais e de insigne economista.

Nesse como nos anteriores relatórios, manifesta o dr. Silveira o mesmo otimismo, a mesma confiança nos destinos de sua pátria, apesar do agravamento da situação brasileira. Não obstante crescem, a olhos vistos, as dificuldades e de aumentarem os déficits da balança comercial da nação, continua o dr. Silveira sustentando, qual um obstinado, que "em 1948 acentuou-se a melhoria da situação econômico-financeira" do Brasil. E' assim que fala do restabelecimento da ordem financeira como uma consequência lógica da política governamental, política essa que se fundamenta no "equilíbrio orçamentário", o que assegurará "o clima próprio ao desenvolvimento econômico da nação e o consequente bem estar coletivo".

Quando se anuncia a perspectiva sinistra de um déficit superior a três e meio bilhões de cruzeiros no orçamento geral da república de 1950, é afirmativa do ex-presidente do Banco do Brasil e atual ministro da fazenda, de que a política financeira do gal. Dutra visa, antes de tudo, o equilíbrio orçamentário. Quando membros da comissão de finanças sentem-se no dever de anunciar a impossibilidade de serem arrecadadas certas verbas da proposta governamental para o mesmo orçamento, verbas que ali figuram, tão somente, para nos dar um a impressão de equilíbrio orçamentário de que justamente fala o presidente do Banco do Brasil, chega a atingir as rias do disparate o tom otimista do relatório que analisamos. Quanto ao bem estar coletivo, "suprema finalidade do governo" falarão por nós outros as massas trabalhadoras de este país de sub-nutridos e de párias sociais.

Objetivando, por certo, ressaltar a sua e a benevolência do governo a que serve, não olvidou o dr. Silveira passar em revista as dificuldades vencidas já, pelo presidente Dutra e entre elas destaca a inflação monetária, cuja "ação pervertedora já havia produzi-

do a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decaído". Esqueceu-se, porém, de mencionar as emissões do atual governo, continuando assim "a devastação ocasionada pela inflação ao organismo econômico da nação". Com certeza intencionalmente, não se refere ao encarecimento do custo da vida, que se vem verificando de 1935 aos nossos dias. E, como para o dr. Silveira, o aumento verificado na circulação do papel moeda não se deu por nenhuma emissão do atual governo, fala, vez que outra, "do mal inflacionista que a partir de 1930 acometera a Nação".

Por certo, muito de caso pensado, esqueceu também o presidente do Banco do Brasil que, proporcionalmente, foi em sua gestão nêsse banco, que mais foi utilizada a "recicla mefistofélica" das emissões de papel moeda, proporcionalmente mais, repletos, do que durante a calamitosa ditadura de Vargas. De 1945 até setembro último foram emitidos e postos a circular cerca de 5.022 milhões de cruzeiros, ou seja quase dois bilhões por ano, ao passo que Vargas nunca foi além de um bilhão e pouco.

O meio circulante era, em 1930, limitado a 2.845 milhões e em 1945 havia atingido 17.535 milhões de cruzeiros. Hoje, apesar de semelhante fato ter sido omitido do prémbulo do relatório, existem circulando nada menos de 22.557 milhões de cruzeiros. Em face de semelhante realidade falta a autoridade necessária aos responsáveis pela chamada política econômico-financeira para criticarem a ditadura de Vargas pelo fato de haver feito da "Carteira de Redescoberto do Banco do Brasil, máquina cuja produção até 1945, mais avolumou a inflação". Depois de 1945, conjuramos, é que se tornam mais bananosa a produção da mencionada carteira.

Se levarmos em conta o encarecimento do custo da vida, ainda em ascensão, encarecimento esse que, conforme o relatório, já teria concorrido para produzir "a instabilidade do meio econômico e social, e o desagravamento dos costumes", teremos de concluir pela ineficiência da "máquina" do dr. Silveira para debelar o mal que tanto profliga. Com os novos jorros de papel moeda, devem estar aumentando "a instabilidade do meio econômico-social, e em decorrência os costumes" apesar da intervenção moralizadora do Gal. Dutra, da polícia e do clero.

Se um só conceito sobem os preços das utilidades todas de consumo obrigatório, sendo esse um dos motivos porque notamos, desgracadamente, um certo saudosismo, entre as camadas menos capazes de observação, do ditador, ainda considerado como o pai dos pobres. A vida encareceu depois da deposição de Vargas, logo, raciocinam os incautos, isso se deu por tal motivo. Aliás não é somente entre as camadas populares que domina a lógica-simplista do "depois disto, logo por isto".

Julgando estar falando para um povo de bêbedos, insiste o dr. Silveira na afirmação de

estar o Banco do Brasil procurando "estimular a produção de bens de consumo" e porque isso se está dando "não existe ou "não houve mão-de-obra disponível", prova suprema, segundo entende, da eficiência da política governamental. Visando igualmente demonstrar a benevolência dessa política, diz que "cresceu sempre o consumo de energia elétrica" e como prova "a capacidade geradora das usinas atingiu o ponto de saturação".

Num país onde a regra é a cultura extensiva da terra, não é possível dar-se aumento de produção sem que tenhamos como causa o aumento da área cultivada. Num país onde o solo é abandonado justamente, entre outros motivos, porque faltam os recursos financeiros para explorá-lo, se fosse exata a asserção de estar o primeiro banco da nação, inclusive, fornecendo a longo prazo e juros módicos, isto é, estimulando a produção, não temos dúvidas em afirmar que seria multiplicada rapidamente, a área trabalhada, em toda a extensão do território nacional.

Revendando dados fornecidos pelo Anuário Estatístico do Brasil de 1948, não encontramos tal aumento das terras lavradas neste país. Ou essas áreas se mantem estacionárias, ou decresceram. Hoje é o caso do café, do cacau, do milho, do algodão e da banana. Aumento somente se

(Continua na 6.a pag.)

JUSTIÇA DO TRABALHO

Nesta secção, que está a cargo de companheiros advogadas, serão respondidas quaisquer consultas sobre direitos dos trabalhadores e leis trabalhistas e mgeral. Qualquer trabalhador interessado poderá dirigir-se diretamente à redação desta "Folha" e à sede do Partido, à Praça da Sé, 237.

Reforma da legislação trabalhista

Os jornais noticiaram recentemente que foi designada pelo Ministério do Trabalho uma comissão de professores, advogados e juizes trabalhistas para estudar a reforma da legislação trabalhista. Essa comissão deverá apresentar, dentro em breve, um projeto para ser encaminhado ao Congresso, incorporando à Consolidação das Leis do Trabalho novas garantias concedidas aos trabalhadores na Constituição Federal, como descanso semanal e a participação nos lucros das empresas, por exemplo, e procurando corrigir alguns déficits existentes atualmente.

Na verdade, é muito necessária e urgente uma reforma de toda a legislação trabalhista. Apenas, não acreditamos que, sob inspiração do Ministério do Trabalho, tôdo êle amarrado aos interesses patronais, servindo de instrumento da Confederação das Indústrias, possa surgir um bom projeto.

A legislação trabalhista, em qualquer país de regime capitalista, tem um conteúdo burguês. Ela visa, antes de tudo, disciplinar a produção, evitar tanto quanto possível os conflitos que possam prejudicar os interesses capitalistas em conjunto, regulamentar a exploração da força de trabalho de modo a impedir os excessos prejudiciais à estabilidade da sociedade burguesa, e assim por diante. O problema fundamental do proletariado nunca será resolvido pela legislação trabalhista, por melhor e mais aperfeiçoada que seja ela, enquanto a sociedade estiver estruturada em forma capitalista, dirigidas por governantes e legisladores burgueses. Esse problema fundamental é o do padrão de vida elevado, bom salário, custo de vida baixo, possibilidades de acesso ao gozo do progresso material e cultural proporcionado pelo desenvolvimento da técnica, liberdade e dignidade no trabalho. E isso só será possível em regime socialista, quando forem abolidos todos os privilégios de classe. A prova de que a legislação trabalhista não resolve nenhum problema fundamental do proletariado está no fato de que em países onde existe reduzida legislação trabalhista, como a Inglaterra e os Estados Unidos, o proletariado tem um nível material e cultural muito superior a alguns países onde há abundante legislação de "amparo" ao trabalhador, como no Brasil, por exemplo.

(Continua na 4.a pag.)

O Partido Socialista na Baía

Foi um acontecimento de real significação política a sessão-comício levada a efeito no dia 9 de Novembro último pela Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro na Baía.

O amplo salão da Associação dos Empregados no Comércio estava completamente cheio. U'a massa humana, calculada em mais de duas mil pessoas, comprimiu-se naquela casa inclusive pelos corredores, balcões e escadarias.

Todos, na sua maioria socialistas baianos, acorreram até lá para ouvirem a palavra dos dirigentes do partido, inclusive a do seu presidente, deputado João Mangabeira.

A mesa dos trabalhos foi presidida pelo comp. Jorge Valente, presidente da Comissão Executiva Estadual. Dela ainda faziam parte os comps. deputado João Mangabeira; Edgardo de Castro Rebelo, presidente da Comissão Estadual do Distrito Federal; Orlando Gomes, Mário Cardoso, representando a U.D.N., vereador Hermógenes Príncipe de Oliveira e outros.

Declarada aberta a sessão, ocupou inicialmente a tribuna o comp. Adroaldo Ribeiro Costa, que em nome da Comissão Executiva Estadual da Baía, saudou os dirigentes nacionais do Partido, presentes à sessão. Em seguida, foi ao microfone o comp. Castro Rebelo que, em brilhante improviso, discorreu sobre a origem do P. S. B. e a sua posição em



função de inúmeros problemas populares, interrompido a tolo instante por entusiásticas e pro-

longadas salvas de palmas. Seguiu-se-lhe o comp. Orlando Gomes que, ao dirigir-se à tribuna, foi vivamente ovacionado pela assistência. Se u discurso, que abordou a situação política nacional em face das conquistas democráticas obtidas desde a queda da ditadura, foi intensamente aplaudido. Cessadas as palmas, foi atribuída o deputado João Mangabeira para pronunciar a sua anunciada palestra sobre o Sindicato e a nova Lei Sindical. Analisando a questão sindical desde a origem dos Sindicatos, a sua evolução, até a situação em que se encontram no Brasil, pondo-a em confronto com o projeto de lei de sua autoria, ora em curso na Câmara Federal, esclareceu e justificou, com raro brilho, os seus principais capítulos, pondo em evidência mais uma vez a sua vasta cultura e o seu fulgurante talento, tendo sido alvo de grandes ovacões por parte dos presentes, após a sua oração.

O Movimento socialista no Chile

(Conclusão da 5.a pag.)

do o movimento operário por mais de uma década. Ao mesmo tempo ganhou a adesão de muitos eminentes intelectuais do país. E tanto os operários como os intelectuais uniram-se com tal camaradagem e certeza de vitória, que um refugiado socialista espanhol, chegado ao Chile em 1939, afirmou não ter visto entusiasmo igual a não ser nos primeiros meses da Guerra Civil Espanhola.

Em 1939 a esquerda chilena, unida em Frente Popular, ganhou as eleições e Pedro Aguirre Cerda tornou-se presidente. Uma vez que os socialistas eram um dos maiores partidos da coalisão — o outro era o próprio Partido Radical de Aguirre — foram chamados a tomar parte no governo. Isso foi o começo do declínio do Partido.

O PS não estava ainda pronto para assumir o governo. Havia se formado de muitos grupos diferentes e ainda por cima tinha um bom número de "primi donnas" na direção. Ademais, governando como participante de uma coalisão — e com os comunistas fora do governo, apesar de membros da Frente Popular — os socialistas estavam com as mãos atadas. Não podiam ter pleno poder no governo e ao mesmo tempo ficavam comprometidos perante a classe operária.

Apesar de os ministros socialistas do governo Aguirre terem feito um trabalho bem razoável, a Frente Popular subiu ao poder, pouco antes da guerra estourar e teve assim de enfrentar obstáculos com que não contava, resultantes do desenvolvimento rápido de uma situação inflacionária.

A primeira cisão séria verificou-se em 1940. Um grupo considerável dentro do Partido, chefiado pelo deputado Cesar Godoy, pediu que os socialistas abandonassem o governo Aguirre. Os ânimos se exaltaram na disputa. Godoy finalmente perdeu a questão e levou seu grupo — cerca de um terço do partido — para formar o Partido Socialista Operário. Manteve existência independente por 4 anos; em seguida também se cindiu, muitos dos líderes e a base voltando para o Partido Socialista, o resto, inclusive Godoy, indo para as fileiras comunistas.

Entretanto os comunistas prosseguiram em crescente campanha contra os socialistas, dentro e fora do movimento sindical. No período 1939-41 a luta foi particularmente aguda, apesar de que, ao entrar a URSS na guerra, a tática comunista mudou para a infiltração e ataque tangencial. A maior cisão depois disso, nas fileiras socialistas, se deveu à infiltração comunista.

O leader dessa outra cisão foi Marmaduke Grove. O Partido havia errado em jogar com a personalidade e a popularidade de Grove, tornando-o um símbolo do socialismo no Chile. Apesar de um grande homem cujo espírito democrático originou-se em associação com os maçons e sob a influência de seu avô, um republicano irlandês, Grove nunca passou de um

político, ao qual a adulação por parte do partido desperdiçou as tendências demagógicas. Os comunistas também exploram esse lado do caráter de Grove, prometendo-lhe que fariam dele presidente do Chile.

As questões ideológicas sobre as quais Grove entrou em dissidência foram o problema da continuação no governo do então presidente Juan Antonio Rios e da continuação da cooperação com os comunistas. Grove era partidário de ambas essas coisas; a maioria do partido era contrária. Em consequência, ele afastou-se e formou o Partido Socialista Autêntico. Isso foi em 1944. O grupo Grove logo declinou, a maioria de seus membros voltando ao Partido Socialista, apesar de que vários elementos cismáticos do grupo tivessem orientação comunista. O próprio Grove ficou imprensado entre um grupo fortemente anti-comunista e outro grupo fortemente pro-comunista. Ele agora é pro-comunista e, nas eleições para o congresso em março de 1949, um membro de seu grupo foi eleito para a Câmara de Deputados pelas áreas mineiras do Norte, dominadas pelos comunistas.

Apesar de o Partido Socialista haver participado outra vez no governo do presidente Alfredo Duhalde — participação de que resultou uma cisão na Confederação do Trabalho entre socialistas e comunistas e um considerável declínio da influência socialista — parecia pelos meados de 1946, que o partido se encaminhava para recuperar e renovar sua influência na política chilena.

Contudo, as velhas questões levantaram-se ainda uma vez. Na convenção do partido em 1946 abriu-se luta pela secretaria geral, saindo vencedor Raul Ampuero, antigo líder da Juventude Socialista, de 28 anos de idade. Isso deixou um certo ressentimento. Ampuero era apoiado pela Juventude Socialista e por um grupo adulto que incluía certos ex-revolucionistas habituados ao uso de termos ultra-revolucionários. Do outro lado ficavam Bernardo Ibanez, secretário geral da fração socialista na Confederação de Trabalhadores, e o grupo do partido que se achava mais ligado ao malfadado e efêmero governo de Alfredo Duhalde, geralmente conhecido no partido como os "ex-ministros".

A rivalidade entre essas facções veio à tona como resultado da súbita luta do presidente Gonzalez Videla contra os comunistas. Videla havia sido eleito presidente do Chile em 1946, como candidato dos partidos Radical e Comunista, mas, seis meses depois expulsou os comunistas do gabinete. Quando eles tentaram usar sua influência nos sindicatos para embaraçar Videla, este voltou-se com violência contra eles, obteve poderes especiais do Congresso para exilar os principais líderes comunistas para um pequeno porto do Norte do Chile e finalmente fez votar uma lei atirando o PC na ilegalidade. Ao mesmo tempo, convidou os socialistas e alguns outros partidos a entrar no governo.

O partido cindiu-se profundamente em face dessas duas questões: devia ou não apoiar os pedidos de Videla de "poderes especiais"; e se devia ou não entrar para o governo. O Grupo Ibanez apoiava Videla em ambos os pontos; Ampuero se opunha. Em maio de 1948 o partido cindiu-se, Ibanez levando seu grupo para fora do partido mas obtendo o direito de usar o nome de Partido Socialista. O grupo Ampuero, dirigido pelo professor Eugenio Gonzalez da Universidade do Chile, e por Humberto Soto, líder da Federação dos Ferroviários foi para a oposição, tomando o nome de Partido Socialista Popular.

O Partido permanece cindido. Nas eleições de março de 1949 cada uma das três facções empenhava-se num bloco diferente. Os seguidores de Ibanez integraram o bloco governamental com os partidos Radical, Liberal e Democrático; elegeram 5 deputados mas fracassaram em eleger qualquer senador. Os socialistas populares obtiveram 6 deputados e 1 senador (Eugenio Gonzalez) numa coalização com a Falange (que apesar do nome é um grupo social cristão), os Radicais — democratas (cisão do Partido Radical) e o Partido Agrário Trabalhista, de ideologia incerta. O grupo de Grove surgiu com o apoio comunista e fez um deputado. Em conjunto, os socialistas saíram das eleições em melhor situação. Antes de março de 49 eles tinham 4 senadores e 6 deputados. Agora têm 3 senadores e 12 deputados.

A divisão entre as várias facções socialistas permanece profunda. Contudo os comunistas perderam muita influência e o conflito entre eles e Videla tendo-se tornado menos intenso, as questões originais que separaram os socialistas tornam-se menos agudas. Assim, à medida que se cicatrizam as feridas da cisão de maio de 48, é de se esperar que os socialistas chilenos sejam capazes ainda uma vez de cerrar fileiras e tomar seu lugar legítimo na vida política de seu país. Juntos eles representam o quarto partido do Chile.

ROBERT J. ALEXANDER

Comissão Estadual de São José dos Campos

Foi eleita a nova Comissão do Partido Socialista Brasileiro em São José dos Campos, que ficou assim constituída: Presidente, Mario Scholtz; secretário-geral, João Borges; secretário, Mario Simões; tesoureiro, Emilio S. Martins. Membros: Pedro Rodrigues de Almeida, Pedro Scaranto, Paulo Viola e José Braga. A Comissão tem sua sede provisória à rua 24 de Outubro, 11.

O RELATORIO DO BANCO DO BRASIL

(Conclusão da 5.a pag.)

deu no domínio da cultura da cana de açúcar e feijão. (Devíamos de mencionar os algarismos para não faltar ao nosso leitor.) Apesar, porém, do aumento havido no que se refere à produção de arroz e feijão, o preço dessas mercadorias sobe constantemente, no mercado interno, o que prova ter sido tal aumento, menor, relativamente, do que as necessidades do mercado consumidor.

Quando à não existência de mão-de-obra disponível, ao que se refere, pelo menos, aos trabalhadores da indústria da capital federal, não é verdadeira a afirmação. Todo mundo sabe que nenhuma fábrica do Distrito Federal, nem mesmo a Bimpa do dr. Silveira, está trabalhando com duas turnas, coisa comum até o dia em que, por interferência do atual ministro da fazenda, foi suspensa a exportação de tecidos. Outra prova da existência de mão-de-obra disponível é a permanência às portas das fábricas, à procura de trabalho, de volumoso número de componentes do exército industrial de reserva, coisa inexistente até pouco mais de um ano atrás. É provável que o industrial Silveira como os magnatas da indústria em geral, considere também, apesar de procurar aparentar sentimentos humanitaristas, a existência desse exército como "uma coisa boa e necessária no mundo onde domina a liberdade de empreendimento", "ou que o desemprego é uma consequência normal e necessária ao reajustamento do desenvolvimento da indústria".

Nada temos a ver com os salumaleques que o dr. Silveira

faz ou possa fazer para manter o seu prestígio junto ao general presidente da república, mas revolta-nos, mui justamente, quando passa do domínio da acrobacia para o da adulteração da verdade, e, ocultando fatos ou invertendo números, quer parecer o principal estio, o autor de uma benemerência governamental que na verdade não existe. Hoje como no tempo da ditadura a situação do Brasil é verdadeiramente calamitosa: o povo continua sub-alimentado, despido e habitando os mucambos e as infectas favelas já soberbamente estudadas e de todos conhecidas.

PIRAJA

Cronica bichada

(Conclusão da 8.a pag.)

não aguentava com o negócio. Mas não conseguiu nada. Os homens foram duros. Tabela é tabela. As autoridades têm que respeitar o tabelamento. Os bicheiros do centro foram taxados em quinze contos por mês e não se faz abatimento. E, se não quiser acabe com sua baluca, senão a polícia vai lá e põe você na cana. O rapaz agora vai fechar o seu chalé. O negócio não aguenta mesmo os quinze contos por mês. Outro chalé em frente já fechou, devido à nova tabela da caixaínia.

Isto é um fato autêntico. E' uma pequena amostra do que anda por aqui, neste São Paulo do sr. Ademar, que anda nos causando náuseas.

A. COSTA CORREA

O discurso de José Americo

(Conclusão da 1.a pag.)

mem". Mas, o que o senador não disse, é que os dirigentes do país são assim porque, historicamente, a classe dirigente brasileira, a burguesia na-

cional está falida. Não pode mais desempenhar a sua missão de dirigente de um país, entregando-se, por isso mesmo, à imoralidade administrativa e buscando a solução na ditadura.

O que precisamos, mais do que o homem pedido pela senador udenista, é a renovação das camadas dirigentes do país, por ele apontada também como necessária. Mas, não uma renovação apenas política, substituindo PSD por UDN. O que precisamos é renovar os quadros sociais do país, é recrutar os dirigentes da nação em outras camadas que nossa burguesia nacional, vendida desde o início às burguesias estrangeiras, incapaz de levar a cabo a tarefa de implantar a democracia no país.

B. A.

VERÁ OS PROBLEMAS DO BRASIL SOMENTE O SOCIALISMO RESOL-



Com o programa de socialização do

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Tribuna de discussão socialista

A Convenção Estadual de Pernambuco

O artigo do comp. Antonio Cândido, publicado no n.º 39, de 15-11-49, de **FOLHA SOCIALISTA**, teve como mérito principal o trazer, para esta Tribuna de Discussão Socialista, uma série de problemas que, latentes em todo o partido, não haviam ainda sido objeto de discussão. E, este, também, a nosso ver, é o principal mérito das teses dos comps. de Pernambuco, comentadas pelo comp. Antonio Cândido, com as quais se mostra ele, em grande parte, de acordo.

Até hoje, não tentamos uma definição do que fosse o Partido Socialista. Estribados nas declarações constantes de nosso Programa, tínhamos procurado fazer uma série de distinções, as quais, por eliminação, nos levariam a uma definição daquilo que fosse o Partido Socialista. Os comps. de Pernambuco colocam, entretanto, essa definição nas teses que aprovaram em sua Convenção Estadual e ela nos parece digna de alguns reparos.

Há nas teses dos comps. pernambucanos, uma coisa que se destaca nitidamente: a Partido Socialista não é, ao contrário do que se poderia esperar, um partido operário. Ele é um tipo de partido que se poderá definir, como eles o fazem, como sendo o "partido popular", que defende os interesses das classes populares". Como partido popular, não guarda o PSB nenhuma relação com os partidos socialistas dos grandes países capitalistas, uma vez que esses partidos socialistas defendem interesses diferentes dos defendidos pelo Partido Socialista Brasileiro. E, em outra parte de suas teses, admitem os comps. de Pernambuco, claramente, que a URSS é uma sociedade operária, e que a próxima guerra que se travará não será uma guerra interimperialista, levada a efeito para assegurar o predomínio de uma nação sobre outra, mas sim, uma guerra de classes. E que, diante dessa guerra de classes, a posição do Partido Socialista Brasileiro deve ser a de concluir os povos para uma vasta frente democrática.

Seja-nos, inicialmente, permitido discordar dos comps. pernambucanos, na caracterização que fazem eles da Rússia como uma sociedade proletária. Já o comp. Arnaldo Pedrosa d'Horta, nos artigos que escreveu em resposta à tese do comp. Hermes Lima, prova, a saber, que a luta que se trava hoje em dia, entre os Estados Unidos e a Rússia não tem nada a ver com a luta entre proletários e burgueses. Isso porque os países capitalistas compreenderam que a Rússia não é mais um impélio no desenvolvimento do capitalismo e sua expansão, mas que, pelo contrário, caso seja necessário apoiá-la para disso tirar vantagens, o fará. Creemos não ser necessário insistir nesses pormenores. Basteria recordar que a Rússia somente interveio na guerra da Espanha, no momento em que percebeu que a vitória de Franco mudaria o eixo de liderança no Mediterrâneo em prejuízo do Franco — naquela época sua única aliada — e que, uma vez empenhada na luta contra Franco, procurou, antes de fazer a revolução operária, dessejarada pelos anarquistas e pelos socialistas do POUM, fazer um acordo com a burguesia antifranquista. E que, quando percebeu que as forças socialistas aglutinadas em torno do programa maximalista do POUM, ganhavam terreno na classe operária, não hesitou em mandar matar Crismé Nin e processar o POUM pelo crime de "trotskismo" e sujeição aos interesses capitalistas e fascistas. E não será preciso lembrar também que,

em 1939, quando a guerra entre a Alemanha e as potências aliadas era uma "guerra imperialista", contra os povos, não hesitou a URSS em aliar-se a uma das nações imperialistas, para esmagar o proletariado polonês.

Todas essas coisas pertencem ao passado e quem examinar a situação sem paixão, verá que a Rússia há muito se colocou fora do caminho traçado quando da revolução de outubro. Que hoje, a Rússia não é um país proletário, mas, pelo contrário, um rival imperialista a mais, disputando o predomínio do mundo com uma nação super-imperialista, os Estados Unidos.

Seja-nos permitido discordar, ainda uma vez, dos companheiros de Pernambuco, quando dizem eles que somos um "partido popular" que representa os interesses da "classe média de tendências esquerdistas... a classe média, repetimos, compreensiva aos direitos e justos anseios da classe operária, porém ajustados e em função do interesse nacional de libertação do país do cerco imperialista"; um partido que procura exprimir "os interesses da classe média progressista e do proletariado não sectarizado". Aqui, nesses pontos, julgamos residir nossa maior divergência. Porque, ou o Partido Socialista é um partido popular, um partido meio "tenentista", representando no Brasil aquele papel de partido democrata-radical que a UDN deveria representar e não representa, ou, então o Partido Socialista é um Partido do Proletariado, em tudo idêntico aos partidos socialistas dos grandes países capitalistas, na medida em que esses partidos são, ou dizem ser, partidos do proletariado.

As expressões "Partido do Proletariado" e "Partido Popular" não significam — e os companheiros de Pernambuco disso estão bem cientes — um Partido que se destine a lutar pelos interesses exclusivos da classe operária ou pelos interesses de todo o povo. Bem pelo contrário, essas duas denominações traduzem apenas o sentido da política que anima esses dois tipos de partidos. Num, no partido operário, essa política é orientada no sentido de eliminar o conflito entre as classes pela tomada do poder político e a socialização da economia. O partido operário orienta, assim, sua política, sabendo que o antagonismo fundamental existente na sociedade é o de proletários e burgueses, e que esse antagonismo somente será resolvido quando o partido operário tiver assumida as rédeas do poder político e socializado a economia. Todo a política desse tipo de partido é orientada tendo em vista essa contradição e a maneira de superá-la. Não é uma política que se faça em torno de "interesses nacionais de libertação", mas sim, em torno da libertação da classe operária, internacionalmente.

O outro partido, o partido popular, pelo que nos foi possível deprender das teses dos companheiros de Pernambuco, é um partido que não tem a compreensão desse processo histórico, desse antagonismo fundamental. É um partido que fala com "povo" de uma maneira genérica e que nunca poderá encerrar a luta política como um reflexo da luta de classes. É um partido que desempenhará o papel de partido radical-democrata, fazendo da defesa da democracia, a todo transe, sua principal missão, esquecendo-se de que a defesa da democracia é nada, não passa de um jogo de palavras que

favorece aos donos do poder, se desligada da realização do socialismo.

E é porque os companheiros de Pernambuco julgam que o Partido Socialista é um partido do povo, esquecendo-se de que a compreensão do antagonismo entre proletários e burgueses está bem clara na declaração de princípios do Partido Socialista, quando afirma que "a sociedade atual assenta em uma ordem econômica de que decorrem, necessariamente, desigualdades sociais profundas", é, repetimos, porque os comps. pernambucanos consideram o Partido Socialista um Partido do Povo e não um Partido Operário, que eles insistem naquela separação entre nós e os Partidos socialistas dos grandes países capitalistas.

Ai, cremos que o comp. Antonio Cândido não interpretou bem a intenção dos comps. de Pernambuco. Os comps. de Pernambuco não diferenciaram o Partido Socialista Brasileiro do Partido Socialista Francês e do Partido Trabalhista Britânico, "na medida em que assinalam as condições especialíssimas do segundo e o desvirtuamento crescente do primeiro", mesmo porque não são feitas nenhuma referências a esses partidos. A nosso ver, buscam os comps. pernambucanos estabelecer essa diferença não em face do desvirtuamento de objetivos da S.F.I.O. ou das contradições internas do "Labour Party", mas sim, porque, desde o início, se colocam em plano ideológico e político oposto ao da-



**TRABALHADORES !
LUTA POR VOSSA
LIBERTAÇÃO COM O
PARTIDO SOCIALISTA**

queles partidos. Não resta a menor dúvida que assiste ao comp. Antonio Cândido toda razão quando afirma que a SFIO "atravessa uma crise de decadência, na qual se tem revelado, cada vez mais, incapaz de atender às aspirações não apenas do proletariado, mas ainda de uma pequena burguesia socializante", e na medida em que diz ser o Partido Trabalhista Britânico, mercê das condições especiais em que se desenvolveu a luta de classes na Inglaterra, apenas um progresso em relação aos Conservadores e Liberais.

Entretanto, não lhe assiste razão, quando procura encontrar nas teses pernambucanas a solução para o possível dilema em que se encontra o Partido Socialista. O Partido do Povo, tal como o conceitamos os companheiros de Pernambuco, e a sua política — "frente democrática dos povos" na política internacional, e "frente democrática" no plano nacional — são justamente a antítese do Partido Socialista. As frentes democráticas no terreno internacional e nacional, pregadas

pelos comps. de Pernambuco, concludem à negação de sua tese de que existe um profundo antagonismo de classes no plano internacional. Porque, a constituição de uma frente democrática no plano internacional reunirá num mesmo bloco, burgueses e proletários, desde que todos desejem lutar pela liberdade. É a superação da luta de classes pela sua conciliação. A andar por este caminho, chegaríamos mais depressa que o SFIO ao ponto onde se encontra ela hoje.

É esse caráter de partido do povo, partido democrático primeiro e, depois, somente depois, socialista, é ainda aprofundado quando procuramos os companheiros pernambucanos, e o comp. Antonio Cândido com eles, nos diferenciar dos comunistas. A afirmação dos comps. de Pernambuco com relação a esse problema não constitui, a nosso ver, como quer o comp. Antonio Cândido, uma "superpação da demagogia". Quando as teses pernambucanas afirmam que "O PSB distingue-se do Partido Comunista ou de outros Partidos proletários, ao encarnar, como lhe cumpre, as aspirações do povo conjunto em suas camadas: — a classe média de tendências esquerdistas, que deu conteúdo progressista à campanha de 1945 — a classe média, repetimos, compreensiva aos direitos e justos anseios da classe operária, porém, ajustados e em função do interesse nacional de libertação do país do cerco imperialista", não nos diferenciam corajosamente do Partido Comunista. Pelo contrário, entregam o proletariado ao Partido Comunista e se contentam em ficar com as classes médias, com as camadas populares. Este medo de descer até a classe operária e vencer o Partido Comunista na luta pela liderança do proletariado, aliás, não é apenas dos comps. pernambucanos. Quando o Partido Socialista se chamava "esquerda democrática" essa mentalidade predominava. A esquerda democrática seria o agrupamento que cuidaria dos interesses populares das classes médias progressistas e do proletariado não sectarizado — uma vez que o sectarizado é o proletariado comunista e trabalhista, pouca coisa sobra para nós — enquanto os comunistas cuidariam das interesses da classe operária. Essa posição pernambucana nos diferencia do partido comunista

na mesma proporção em que nos diferencia dos partidos burgueses. De um, seguimos caudatários na medida em que usamos uma linguagem socializante; de outros, seguimos linha auxiliar, na medida em que fazemos nossa política única, a defesa da democracia.

Nossa diferenciação dos comunistas não pode ser feita nestes termos "brasileiros", como julga o comp. Antonio Cândido, pela simples razão de que comunistas e socialistas não se opõem em termos "brasileiros".

É em função das divergências que os separam no plano internacional que temos de estabelecer nossas divergências naturais. Além do mais, a política comunista no Brasil não nasce simplesmente da cabeça iluminada de Prestes. Ela não é ditada pela direção do PCB, apenas. O PCB é nada mais nada menos que um apêndice da política stalinista em seu conjunto. Se o PCB ordenou a aliança nacional com a burguesia — a mesma frente democrática que os comps. pernambucanos agora sugerem — foi porque a política stalinista era essa. Se ele ordenar uma masorca, amanhã, é porque convém aos stalinistas, em todo o mundo, que assim o seja. É isso que precisamos ter em conta, quando procuramos nos diferenciar dos comunistas. Esquecer isto, entregar à direção do Partido Comunista a responsabilidade dos erros do PCB, salvando assim o stalinismo, é se resignar à entrega da classe operária, de pés e mãos atadas, aos stalinistas, no dia em que os líderes do PC, como Prestes já o fez, reconhecerem seus culpas.

A diferenciação entre socialistas e comunistas, bem como a superação das contradições hoje existentes entre as duas forças imperialistas — Rússia e Estados Unidos — não será nunca possível em termos de Partido Popular, de Frente Democrática. Somente quando nos colocarmos resolutamente na linha do Socialismo, denunciando o stalinismo como força contrarrevolucionária, e lutando pelo Socialismo, e não pela salvaguarda, pura e simples, das liberdades é que conseguiremos fazer do Partido Socialista, e do movimento socialista internacional, uma verdadeira terceira força no embate entre os dois gigantes imperialistas.

OLIVEIROS S. FERREIRA

Atividades socialistas em Sergipe

A Comissão Municipal do Partido Socialista em Aracaju vai, na medida das possibilidades, cuidando do desenvolvimento do Partido naquela Capital. Assim é que tem aquele organismo dirigente se reunido frequentemente e, nessas reuniões tomado medidas práticas no sentido de imprimir ao movimento socialista um novo rumo, um novo roteiro que transforme o nosso Partido numa agremiação política, forte de apóio popular como realmente deve ser um Partido Socialista. Além de outras medidas a Comissão vem de criar um serviço de

assistência médica, adquirindo para isto uma "cota" da Policlínica de Aracaju pela qual fica a Comissão Municipal com direito a enviar para aquela entidade médica determinado número de pessoas necessitadas, mensalmente. Por outro lado, no terreno da educação popular, um Curso de Alfabetização de Adultos está prestes a ser instalado. E vai assim o movimento socialista ganhando vulto cada vez maior na Capital daquele Estado, o que naturalmente há de repercutir no interior e impulsionará por certo o crescimento de nosso Partido nos diversos Municípios.

SERÁ LANÇADO EM S. PAULO, UM DIÁRIO DE ORIENTAÇÃO SOCIALISTA

Como consequência da aprovação, pela III Convenção Estadual do Partido Socialista, do plano de lançamento de um jornal diário, de caráter apartidário, mas, de orientação socialista, a c a b a de ser constituída em São Paulo a "Gráfica Editora Popular, S/A", sociedade comercial que se encarregará da publicação do referido diário. Os incorporadores da sociedade fizeram publicar o seguinte manifesto:

"É idéia dos incorporadores da "Gráfica Editora Popular S/A" levantar, em S. Paulo, o capital necessário à edição de um jornal diário, que possa defender, com firmeza e objetividade, os interesses populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para a educação democrática e o desenvolvimento do nível político e cultural do povo brasileiro e para a divulga-

ção de idéias e princípios socialistas.

As tendências para a socialização, na sociedade contemporânea, constituem uma força incoercível e uma necessidade do próprio desenvolvimento da civilização. Mas é de toda a conveniência que as massas populares sejam esclarecidas de modo criterioso e construtivo sobre os princípios socialistas de reforma social. Dessa forma será possível conduzir as transformações necessárias na estrutura econômica da sociedade dentro de uma linha de orientação humanista, progressiva e democrática e neutralizar a confusão ideológica e política que vem sendo alimentada no seio das massas populares.

No Brasil e especialmente em S. Paulo faz-se necessário um órgão de imprensa que sirva de veículo para a difusão das

idéias e princípios socialistas, assim concebidos, e capaz de proporcionar ao povo a informação honesta e independente, não jungida a interesses de grupos econômicos e políticos. Um órgão de imprensa que sirva à atividade jornalística em sua verdadeira finalidade, como função social da mais alta importância, que seja um autêntico meio de expressão do pensamento, de sentimentos e aspirações das massas populares e não instrumento disfarçado de interesses capitalistas ou de agrupamentos políticos.

É com o objetivo de sanar essa lacuna que se propõem os incorporadores da Gráfica Popular Editora S/A. lançar um jornal diário. Este não terá caráter partidário, e m b o r a com orientação claramente definida dentro dos princípios do socialismo democrático. Nele, os trabalhadores, a classe média, e intelectuais brasileiros, terão meios de se manifestarem com ampla liberdade em relação aos problemas de interesse coletivo.

A empresa não tem fins lucrativos, embora lançada em moldes comerciais. O lucro, caso obtido, como o será, certamente, se bem administrada a empresa, reverterá em benefício da própria sociedade, a fim de serem ampliadas as suas publicações e tomadas outras iniciativas congêneres, de feição educativa, socialista e democrática.

Os incorporadores esperam encontrar para essa iniciativa o apoio de todos os cidadãos dotados de sentimentos de solidariedade humana, compreensão dos problemas da época atual e desejo de libertar econômica e politicamente o povo brasileiro.

O capital social da empresa será de Cr\$ 1.200.000,00, dividido em 6.000 ações, do valor nominal de Cr\$ 200,00 cada

uma, e constituído por subscrição particular.

Os interessados poderão dirigir-se, para informações, à rua Braulio Gomes, 25, 10.º andar, sala 1.002, onde a sociedade em organização tem sua sede provisória, das 14 às 18 horas.

São Paulo, 30 de novembro de 1949.

Os incorporadores: Alio-pi Corrêa Neto, Alvaro Gomes dos Reis, Antonio Cândido de Melo e Souza,

Antonio Costa Corrêa, Antonio Pasqua Neto, Caetano Alvares Junior, Cid Franco, Francisco Giraldes Filho, Francisco Morato de Oliveira, Febus Gikovate, Jairo Ramos, Janio Quadros, João Carlos de Azevedo, J. Freitas Nobre, Luiz Lopes Coelho, Luiz Augusto Pereira de Queiroz, Paulo Guimarães da Fonseca, Ranulpho Pinheiro Lima, Sergio Milliet e Waldemar de Souza.

Folha Socialista

Cronica Bichada

O meu amigo Osvaldo montou um chalé de bicho. Viu que aqui em São Paulo se joga no bicho à vontade e o negócio rende porque aparecem casas de jogo em todo canto. Por isso, juntou uns cobrinhos e montou sua arapuca numa rua do centro da cidade. Entendeu-se com os maiores do bicho, os banqueiros que distribuem o negócio e servem de intermediários com a gente do Ademar. "A taxa é de dez contos por mês, para a caixinha" — avisaram-no. Osvaldo fez os cálculos, achou que podia ganhar mais que dez contos por mês e aceitou o negócio.

O tempo foi correndo e o negócio foi prosperando. Doze, treze, quinze, dezesseis contos por mês. Tirando dez para a caixinha do Ademar, ainda sobravam uns cobres de lucro todos os meses. Dinheiro pingado, que vinha do bolso do operário, do comerciário, do funcionário desesperado com o aumento que não vem, com o 209 emperrado. Mas o meu amigo Osvaldo, que é um homem do seu meio, deste meio de outras, ademares e gatuões e, portanto, não tem lá muitos escrúpulos, não se importa de onde vem o dinheiro. O que lhe interessa é defender o seu, venha de onde vier. O exemplo vem de cima. Se o "pessoal lá de cima" deixa o jogo do bicho à vontade, o que se há de fazer? É aproveitar a ocasião.

Mas aconteceu que o Caio Dias brigou com o Ademar. E, ao que parece, levou metade do dinheiro da caixinha. Esta ficou meio desfalcada e as eleições estão chegando. É preciso muito dinheiro para empurrar mentiras pela boca, pelas orelhas, pelos olhos de muito brasileiro que por aí anda, de pé no chão, barriga cheia de vermes, filhos com fome e sem escola, à espera de um homem providencial, de um messias que resolve a situação. Por isso, o Ademar trata de concertar o rombo da caixinha. Novas atividades. Nova tabela para os bicheiros. Os do centro da cidade, em São Paulo, foram tabelados a quinze contos. Os de bairro, a sete, oito ou dez, conforme a importância.

O meu amigo Osvaldo ficou desesperado. Quinze contos por mês para a caixinha do Ademar! Lá se ia todo o seu lucro. Não podia manter o negócio só para pagar a caixinha. Procurou o "pessoal lá de cima" a gente do Ademar. Pexinhou. Mostrou que

UNIFICADOS OS SOCIALISTAS ITALIANOS

Finalmente, após vários meses de espera, as forças socialistas da Itália acabam de realizar seu congresso de Unificação. Reunidos em Florença, de 4 a 8 de dezembro, os socialistas do grupo da "Unità Socialista", de Silone; os Autonomistas, de Giuseppe Romita e grande parte do Partido Socialista dos Trabalhadores Italianos, de Saragat, resolveram fundar o Partido Socialista Unificado, a fim de poder levar à vitória os ideais da classe trabalhadora italiana.

Esteve ausente do congresso, o líder Giuseppe Saragat, que se recusou a dele participar. A atitude do homem que, primeiro que todos, teve a coragem de romper com Nenni e denunciar o pacto de ação com os comunistas, surpreendeu todos os círculos socialistas mundiais. Recusando-se a participar do congresso, pelo fato das forças de Silone e Romita serem contra o pacto do Atlântico e a colaboração com o governo de de Gasperi, Saragat não pôde impedir, entretanto, que grande parte de seu partido, principalmente toda a ala esquerda, dele se desligasse e aderisse ao congresso da Unificação.

Estruturado o novo partido, a comissão diretora provisória ficou constituída de 21 membros: 8 do grupo PSLI (dissidentes); 7 do grupo de Romita, e 6 da "Unità Socialista" de Silone.

As diretivas do Partido Socialista Unificado são as mesmas que animavam os socialistas italianos, em 1892. A declaração de princípios aprovada pelo congresso de Florença assim se expressa:

"A classe operária — afirma inicialmente o documento — tem como

único caminho de salvação a conquista de sua autonomia sob a direção de um partido socialista independente, revolucionário e internacionalista". Manifestando-se pela transformação das fórmulas atuais de equilíbrios militares em problemas de aproximação e colaboração entre os povos, declara a nota:

"O P.S.U. reconhece na Internacional Socialista o único instrumento de luta pela paz e se compromete a apoiar a sua reconstituição".

No plano interno, a declaração salienta que o P.S.U. deve entrincheirar-se na oposição e prosseguir numa política visando particularmente:

1.º — Defender a democracia e entrar as manobras para impedir o desenvolvimento da liberdade.

2.º — Realizar profunda reforma na administração e organização do Estado, para fazer delas instrumentos mais eficazes.

3.º — Ressaltar a necessidade de constituir sindicatos livres que não se submetam a qualquer governo ou partido.

No plano da política nacional, segundo declarações de Romita, a posição do Partido Socialista Unificado é de oposição ao governo democrata-cristão e, caso as eleições regionais modifiquem os resultados das eleições gerais do ano passado, pleiteará a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições gerais. O Partido Socialista Unificado deverá situar-se em oposição aos socialistas de Nenni e aos comunistas, bem como ao governo.

No momento em que se realizava o congresso de Florença, o P.S.U. contava com um total de 150.000 aderentes.



PELA 3.ª FRENTE DOS POVOS LIVRES CONTRA TODOS OS IMPERIALISMOS E A GUERRA

Pela criação do Pronto Socorro Municipal

Falando recentemente na Câmara Municipal da Capital, o companheiro vereador Cid Franco proferiu o seguinte discurso:

Sr. Presidente, renovo neste instante um apelo que inúmeras vezes fiz nesta Câmara para que os Projetos criando o Pronto Socorro Municipal e organizando a Assistência Hospitalar do Município venham a Plenário com os respectivos Pareceres das Comissões. Em virtude da complexidade destes Projetos, não me atrevo a pedir venham eles a Plenário sem Parecer, porque a discussão não poderia fazer-se em termos aceitáveis.

Renovo, pois, o meu apelo. Penso que esta é a oitava, a nona, a décima vez que apelo para que tais Projetos venham a Plenário com Parecer das Comissões. O Regimento Interno me dá o direito de pedir que tais Projetos venham sem Parecer, mas não quero usar desse direito. Quero que os Vereadores os examinem, dêem o seu Parecer e os enviem a Plenário.

Solicitei hoje a vinda do Projeto criando a Hospedaria Municipal de São Paulo, mesmo sem Parecer. Foi depois de uma conversa que tive com o sr. Presidente desta Câmara, que concordei comigo em que tal Projeto venha mesmo sem Parecer. Trata-se de um Projeto mais simples do que os outros. A criação de uma Hospedaria Municipal não é assunto tão

(Continua na 2.a pag.)

(Continua na 6.a pag.)